



**MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Consulta Prévia
Processo 17/2020 – CPrev – DLM**

Aquisição de serviços de fiscalização para as empreitadas: Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-SS) e Lote B (Evolvente à CMB)

Fevereiro 2020

CADERNO DE ENCARGOS



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objecto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a aquisição da elaboração do seguinte serviço: **Aquisição de serviços de fiscalização para as empreitadas: Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-SS) e Lote B (Evolvente à CMB)**

Cláusula 2.^a

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos¹.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal².

Cláusula 3.^a

Prazo

1- O contrato acompanha o prazo das empreitadas a fiscalizar mais um mês para fecho total das obras, ou seja num caso são 7meses(6+1) e noutro 9 meses(8+1), mantendo-se em vigor se necessário até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei³, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de definir, conjuntamente com o Município de Bragança, qual o âmbito das acções, públicas ou privadas, susceptíveis de poderem afectar o desenvolvimento e execução do Projecto;
- b) Obrigação de transmitir à Câmara Municipal informações sobre problemas detectados ou sugestões relativamente à eventual reformulação do processo;
- c) Obrigação de participar nas reuniões convocadas pelo Município de Bragança, desde que a convocação seja feita com oito dias de antecedência, e acompanhada da respectiva agenda.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Fases da prestação do serviço

- 1- Os serviços objecto do contrato compreendem as seguintes fases: Fiscalização, controle, planeamento e coordenação da segurança.

Cláusula 6.^a

Forma de prestação do serviço

1 — Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade semanal, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Bragança, das quais deve ser lavrada acta a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 — As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

3 — O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Bragança, com uma periodicidade quinzenal, um relatório com a evolução de todas as fases da obra e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

4 — No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e actividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

5 — Todos os relatórios, registos, comunicações, actas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.^a

Prazo de prestação do serviço

1 — O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no Caderno de Encargos – Condições técnicas, de acordo com as seguintes fases e datas:

a) Fiscalização, controle, planeamento e coordenação em fase de obra da empreitada;

2 - O prazo máximo para a elaboração das fases da prestação de serviços indicadas nas alíneas a) é numa das fiscalizações de 7 meses(6+1) e outra de 9 meses (8+1).

3 — O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante no entanto não pode nunca ser prorrogado a requerimento do prestador de serviços.

Cláusula 8.^a

Recepção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1 — No prazo de 30 dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, a Câmara Municipal de Bragança procede à respectiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos – Condições técnicas e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 — Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Bragança toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 — No caso de a análise do Município de Bragança a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos – Condições técnicas, ao Município de Bragança deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

4 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Bragança, às alterações e complementos



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 — Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respectivo, ao Município de Bragança procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 — Caso a análise do Município de Bragança que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detectadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos – Condições técnicas, deve ser emitida, no prazo máximo de 5 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Bragança

7 — A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos – Condições técnicas.

Cláusula 9.^a

Conformidade e garantia técnica⁴

1- O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Bragança em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respectivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 10.^a

Objecto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 11.^a

Prazo do dever de sigilo

1- O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 15 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Secção II

Obrigações do Município de Bragança

Cláusula 12.^a

Preço base e preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, ao Município de Bragança deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo o preço base de 31.350,00€ (Trinta e um mil e trezentos e cinquenta euros)

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

3⁵ — O preço a que se refere o n.º 1 será pago em prestações mensais.

Cláusula 13.^a

Condições de pagamento

1⁶ — A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Bragança, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a recepção pelo Município de Bragança das respectivas facturas, uma por cada empreitada, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pelo Município de Bragança, nos termos da Cláusula 8.^a.

3 — Em caso de discordância por parte do Município de Bragança quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de cheque⁷.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 14.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Bragança pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao contrato, poderá o Município de Bragança aplicar uma multa diária de valor igual à razão do preço global da proposta pelo prazo previsto, em dias para a sua elaboração.

b) Exceptuam-se, naturalmente da alínea anterior, os atrasos cuja causa seja imputável à Câmara Municipal, bem como aqueles em que, apesar de imputáveis à equipa, sejam devidos a motivos de força maior como tal reconhecido pelo Município de Bragança;

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Bragança pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 15% do valor da adjudicação, acrescida da perda para o adjudicatário dos honorários por vencer, a deduzir 5% da caução que prestou e os restantes 10% a pagar pelo prestador do serviço/fornecedor.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Bragança tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Bragança pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Bragança exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Bragança pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes [a cada fase] do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respectivo excederá esse prazo.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços [e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público]⁸.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido nos termos da Cláusula 23.^a.

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Bragança, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos]⁹.

Capítulo V

Caução¹⁰ e seguros

Cláusula 18.^a

Execução da caução

1- Não é exigida a prestação de caução pelo preço contratual ser inferior a 200.00,00€ conforme alínea a) do nº2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

2- No entanto, pode a entidade adjudicante proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 19.^a

Seguros¹¹

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- a) Riscos de responsabilidade civil;
- b) Cobertura de acidentes de trabalho¹²;

2 — O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de dez dias.

Capítulo VI

Resolução de litígios¹³

Cláusula 20.^a

Arbitragem

1 — Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

- a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;
- b) O Tribunal Arbitral tem sede em Bragança e é composto por três árbitros;
- c) O contraente público designa um árbitro, o prestador de serviços designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
- d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.

2 — O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Capítulo VII

Disposições finais

Cláusula 21.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1- A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a

Contagem dos prazos

1- Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

1- O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

¹ Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do Código dos Contratos Públicos).

² Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do Código dos Contratos Públicos).

³ Consoante esteja em causa uma pluralidade indeterminada de prestações de serviços ao abrigo do Contrato, num dado prazo (não superior a três anos – cfr. artigo 440.º e 451.º do Código dos Contratos Públicos), ou uma prestação de serviços concreta e determinada.

⁴ Cláusula eventual, dependente da natureza dos serviços a prestar.

⁵ Disposição eventual, quando a prestação dos serviços se encontre dividida em diferentes fases.

⁶ No caso de se pretender permitir o adiantamento de preço, deve prever-se o pagamento deste em prestações, respeitando o disposto nos artigos 292.º e 293.º do Código dos Contratos Públicos.

⁷ Meio de pagamento, a designar no caderno de encargos específico.

⁸ Inciso a inserir apenas quando devam ser entregues bens ou elementos pelo prestador de serviços, em resultado da execução do contrato.

⁹ Inciso a inserir apenas quando devam ser entregues elementos pelo prestador de serviços, em resultado da execução do contrato.

¹⁰ De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, quando o preço contratual for inferior a € 200 000, não é obrigatória a prestação de caução. Nesse caso, a entidade adjudicante poderá proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, devendo, para o efeito, prever essa faculdade no caderno de encargos específico. A caução relativa ao bom e pontual cumprimento das obrigações pode também não ser exigida nos casos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

¹¹ A inserir apenas quando tal se justifique em face do objecto ou natureza dos serviços.

¹² A designar no caderno de encargos específico.

¹³ Este capítulo contém, em alternativa, uma disposição atributiva da competência territorial e uma cláusula arbitral.



Consulta Prévia
Processo 17/2020 – CPrev – DLM

Aquisição de serviços de fiscalização para as empreitadas: Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-SS) e Lote B (Evolvente à CMB)

Fevereiro 2020

CADERNO DE ENCARGOS

CLAUSULAS TÉCNICAS



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-1 Objecto da Prestação de Serviços

II-1.1 Trata-se da aquisição de serviços para a fiscalização, controle, planeamento e coordenação da segurança em fase de obra para as empreitadas de Aquisição de serviços de fiscalização para as empreitadas: Aquisição de serviços de fiscalização para as empreitadas: Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-SS) e Lote B (Evolvente à CMB)

II-1.2 As empreitadas da Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-SS) e Lote B (Evolvente à CMB), encontra-se neste momento adjudicadas. Em anexo juntam-se peças desenhadas e escritas das empreitadas em causa.

II-1.3 Dos concursos públicos resultaram os seguintes valores:

Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-SS) = 496.425,70€

Lote B (Evolvente à CMB) = 878.411,14€

II-1.4 Local da Prestação de Serviços

Fiscalização Residente

- ☐ No local das obras;
- ☐ No Departamento de Serviços e Obras Municipais

Equipa Técnica de Apoio

- ☐ Na sede do Adjudicatário;
- ☐ No Departamento de Serviços e Obras Municipais
- ☐ No local das obras.

II-1.5 Preço e Prazo da Prestação de Serviços

O preço base é de 31.350,00€ (Trinta e um mil e trezentos e cinquenta euros), acrescidos de Iva à taxa legal em vigor.

Prevê-se o início da prestação de serviços de fiscalização, com a validação do PSS e a sua conclusão após a prestação de serviços em obra que terá como prazo previsto para a finalização: Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-SS) e Lote B (Evolvente à CMB), respetivamente, 7 meses(6+1) e 9 meses(8+1), nos termos constantes nas Cláusulas Gerais deste Caderno de Encargos. O encerramento para lá do prazo indicado decorrerá sob responsabilidade da entidade adjudicatária da prestação de serviços, que deverá planear os trabalhos de modo a que o(s) empreiteiro(s) não se atrasem, salvo casos de força maior.

II-2 Âmbito do Concurso

II-2.1.1 Os trabalhos que dizem respeito a este Caderno de Encargos, têm como objectivo e âmbito geral, a constituição e a gestão de um sistema de informação, fiscalização, controlo e planeamento, relativas à execução das obras de Melhoria da Mobilidade Multimodal- Lote 2 (Rotunda do Caçador-



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

SS) e Lote B (Evolvente à CMB), no âmbito da legislação em vigor e, do estabelecido no Caderno de Encargos e no Contrato.

II-2.1.2 O sistema de informação e controlo visa desenvolver, primordialmente, as seguintes áreas:

- a) Planeamento e coordenação geral das obras, a levar a efeito e, dos respectivos intervenientes;
- b) Planeamento e coordenação geral das empreitadas;
- c) Coordenação da segurança em fase de obra;
- d) Acompanhamento pormenorizado de todos os trabalhos realizados pelos empreiteiros; controlo de qualidade dos materiais e de execução dos trabalhos;
- e) Análise, controlo e previsão de tempo e prazos necessários;
- f) Acompanhamento e controlo das obras, do ponto de vista da sua execução financeira; verificando todas as modificações ou revisões orçamentais; procedendo à execução dos autos de medição; apreciando todas as facturas apresentadas pelos empreiteiros; elaborando a conta corrente da obra e, prevendo as futuras necessidades de “cashflow”, da obra.

II-2.1.3 Aos serviços de controlo e fiscalização, incumbe assegurar todos os contactos e diligências necessárias com a EDP, Município de Bragança, Portugal Telecom, Duriensegás e outras, cujas actividades ou interesses, afectem ou possam afectar, a execução dos trabalhos.

II-2.1.4 Aos serviços de controlo e fiscalização incumbe verificar e controlar o exacto cumprimento do projecto e as suas alterações, do Contrato, do Caderno de Encargos, e dos Planos de Trabalhos em vigor, nomeadamente:

- a) Verificar a execução das obras, de acordo com as referências necessárias fornecidas aos empreiteiros;
- b) Verificar a exactidão ou o erro eventual das previsões dos projectos, em especial, e com a colaboração dos empreiteiros, no que respeita às condições do terreno, e das infra-estruturas existentes;
- c) Coordenação da segurança em fase de obra;
- d) Aprovar os materiais a aplicar;
- e) Aprovar os equipamentos a aplicar;
- f) Vigiar os processos de execução;
- g) Verificar as características dimensionais, estruturais e de materiais das obras;
- h) Verificar, em geral, o modo como são executados os trabalhos;
- i) Verificar a observância dos prazos estabelecidos;
- j) Proceder às medições necessárias dos autos e verificar o estado de adiantamento dos trabalhos.
- k) Proceder ao cálculo das revisões de preços;
- l) Averiguar se foram infringidas quaisquer disposições do contrato, das leis e regulamentos aplicáveis, nomeadamente as regras da contratação de subempreiteiros;



MUNICIPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

- m) Verificar se os trabalhos são executados pela ordem e, com os meios estabelecidos nos respetivos planos;
- n) Comunicar aos empreiteiros as alterações introduzidas no plano de trabalhos pelo dono da obra e, a aprovação das propostas pelos empreiteiros;
- o) Resolver, sempre que seja da sua competência, todas as questões que surjam ou lhe sejam postas pelos empreiteiros, e providenciar no que seja necessário para o bom andamento dos trabalhos, para a perfeita execução e segurança das obras e, facilidade das medições;
- p) Transmitir aos empreiteiros as ordens do dono da obra e fazê-las cumprir;
- q) Elaborar a conta da obra e relatório final, nos termos do art. 399º e 402.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, respectivamente;
- r) Elaborar notas técnicas ao Município de Bragança, com pareceres sobre todos os eventos com interesse (aprovação de preços, correcções de anomalias, aprovação de materiais, etc.);
- s) Elaborar relatórios mensais sobre o ponto da situação das obras adjudicadas e, em curso;
- t) Promover reuniões semanais com elaboração das respetivas atas.
- u) Registar fotograficamente a evolução da obra;
- v) Utilizar uma solução tecnológica, através de instalação de câmeras de autonomia alargada que seja amovível e que acompanhe rua a rua de cada empreitada, para monitorização da obra e captação de todos os momentos, do momento 0 ao final da obra. Estas filmagens devem ser acessíveis em tempo real e devem garantir pelo menos dois acessos a utilizadores a definir do Município de Bragança.

II-2.1.5 Aos serviços de controlo e fiscalização, incumbirá ainda assegurar serviços de projecto que se tornem indispensáveis ao avanço normal dos trabalhos da empreitada, como sejam:

- a) Definição da sinalização provisória de obras, nos termos da legislação em vigor;
- b) Definição dos restabelecimentos provisórios das circulações viárias existentes;
- c) Definição dos restabelecimentos provisórios e definitivos das tubagens e cablagens existentes, bem como das respectivas ligações às redes públicas.

II-3 Organização e Meios do Adjudicatário

II-3.1 Disposições Gerais

II-3.1.1 Compete ao Adjudicatário, o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das acções a desenvolver no âmbito da fiscalização e controle da execução das obras, a coordenação da segurança em fase de obra, bem como o estabelecimento de todo o sistema de organização necessário, à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

II-3.1.2 Se o Município de Bragança, verificar que os meios utilizados pelo Adjudicatário são insuficientes ou mesmo inadequados à boa execução dos trabalhos da sua atribuição, poderá impor o



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a administração de meios humanos, a sua modificação ou substituição.

II-3.2 Meios de Organização e Informática

II-3.2.1 Compete ao Adjudicatário, organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considere necessários para atingir os objectivos e realizar as tarefas descritas, a fim de garantir que as obras sejam realizadas com o nível máximo de qualidade, segurança e de acordo com o plano e programa estabelecido, quer físico quer financeiro.

II-3.2.2 O Adjudicatário deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo, coordenação e planeamento da empreitada. Em conformidade deverá adoptar os meios de organização adoptados a esta preocupação.

II-3.3 Meios Humanos

II-3.3.1 A mobilização e selecção de todos os meios humanos necessários para a execução dos trabalhos a cargo do adjudicatário, são da sua inteira responsabilidade.

II-3.3.2 A constituição da equipa, é a que melhor se adaptasse às necessidades e desenvolvimento das ações previstas no Caderno de Encargos, integrando as categorias e classes profissionais necessárias, devendo no mínimo, ter a seguinte composição:

- a) Engenheiro Civil (Chefe Coordenador da Fiscalização): Um;
- b) Fiscal (Encarregado): Um;
- c) Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (Coordenador da segurança): Um.

Resumindo, o Engenheiro Civil (Chefe Coordenador da Fiscalização), o Fiscal (Encarregado) e o Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (Coordenador da segurança), podem ser afetos às duas empreitadas em simultâneo.

Alerta-se que o Engenheiro Civil (Chefe Coordenador da Fiscalização) não poderá desempenhar funções de Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (Coordenador da segurança) no entanto não é obrigatório que este último seja Eng. Civil. A Câmara Municipal fará a articulação com a equipa de fiscalização através de quadro próprio.

II-3.3.3 Para a elaboração do cronograma de mobilização de pessoal, o Adjudicatário deverá ter em atenção as actividades de construção que deverão ser fiscalizadas; os horários de trabalho e o plano de trabalhos das obras.

II-3.3.4 Sempre que por motivo de doença, férias ou outro, seja necessária a substituição de qualquer elemento da equipa que foi proposta pelo Adjudicatário, este submeterá de imediato à apreciação da



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Município de Bragança, a sua substituição por elemento da mesma categoria e classe profissional e experiência que se comprove equivalente ou superior.

II-3.3.5 A Município de Bragança, reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços a cargo do Adjudicatário, qualquer elemento do seu pessoal que não tenha aptidões para as funções que ocupa ou, haja desrespeitado os agentes do Município de Bragança, seus colaboradores ou quaisquer intervenientes na obra ou ainda, tenha provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Adjudicatário assim o exigir, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado.

II-3.4 Meios Materiais

II-3.4.1 Todos os meios necessários ao controle e registo de qualidade, dados topográficos e outros dados técnicos da obra, controle de produção, meios de transporte, tratamento informático, etc., são da responsabilidade do Adjudicatário, incluindo a sua eventual aquisição, manutenção e exploração.

II-3.4.2 A expressa indicação neste Caderno de Encargos dos meios indispensáveis ao Adjudicatário, não o desobriga a apetrechar-se com o equipamento necessário e em quantidade suficiente e bom estado de funcionamento, de modo a garantir uma boa qualidade, bem como a qualquer momento, vir a reforçá-la.

II-3.4.3 Instalações: Os empreiteiros das obras deverão garantir o fornecimento das instalações para a Fiscalização, bem como as respectivas ligações de águas, esgotos, energia e telefones.

II-3.4.4 Meios de transporte: O Adjudicatário deverá colocar ao serviço, os meios de transporte necessários para a fiscalização da obra, competindo-lhe igualmente assegurar a sua exploração e manutenção. Estes meios de transporte devem ser adequados e suficientes para as funções a que se destinam.

II-3.4.5 Materiais e equipamentos de escritório, de desenho, de representação, de arquivo e de consumo corrente serão da responsabilidade do Adjudicatário, no que se refere à sua aquisição e exploração.

II-3.4.6 Meios informáticos: O Adjudicatário deverá dispor de um sistema informático, de modo a cumprir as tarefas indicadas neste Caderno de Encargos.

II-3.4.7 Meios topográficos: O equipamento de topografia a utilizar pelo Adjudicatário deverá ter características adequadas às exigências do Caderno de Encargos da obra e, ser em quantidade suficiente para a verificação e controlo dos trabalhos, em tempo oportuno.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-4 Requisitos da Equipa Técnica

II-4.1 Parcela A (Engenheiro Civil - Chefe Coordenador da Fiscalização)

O chefe da equipa de fiscalização deverá ser licenciado em Engenharia Civil, e possuir experiência, na direcção/fiscalização de obras de construção civil em geral e de vias, em específico.

II-4.2 Parcela B (Fiscal - Encarregado)

O técnico fiscal deverá possuir experiência, em obras de construção civil em geral e de vias, em específico.

II-4.3 Parcela C (Técnico de HST - Coordenador da segurança)

O técnico responsável pela coordenação de segurança em fase de obra deverá ser Técnico superior de higiene e segurança no trabalho.

II-4.4 Parcela D (Equipa Técnica de Apoio)

II-4.4.1 A equipa técnica de apoio deverá ser constituída de forma adequada, de modo a garantir atempadamente todos os serviços acessórios ou complementares de controlo e fiscalização e, nomeadamente:

- ☐ Planeamento;
- ☐ Coordenação de segurança;
- ☐ Topografia;
- ☐ Informática;
- ☐ Apoio Administrativo;
- ☐ Medições em obra (cálculo e texto);
- ☐ Revisões de preços (cálculo e texto);
- ☐ Assessoria técnica aos trabalhos das várias especialidades.

II-4.4.2 Além das tarefas indicadas na alínea anterior, competirá à “Equipa Técnica de Apoio”:

- ☐ Assessorar o Coordenador da Fiscalização, no que diz respeito ao controlo dos trabalhos da empreitada, em função do plano de trabalhos aprovados;
- ☐ Apreçar o plano de trabalhos da empreitada no seu conjunto e, por frentes de trabalho;
- ☐ Proceder ao controlo financeiro da empreitada, tendo em vista o rigoroso cumprimento dos “plafonds” definidos pela Município de Bragança, fundamentalmente do ponto de vista da gestão financeira da mesma, (trabalhos a mais, trabalhos a menos, alterações do projecto que sejam pertinentes, etc.). Manter permanentemente actualizada toda a informação referente à “conta corrente” da empreitada;
- ☐ Propor o reforço, alteração ou substituição dos meios humanos ou materiais empregues pelo empreiteiro, sempre que se verifiquem atrasos no cumprimento do Plano de Trabalhos.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-4.4.3 O adjudicatário deverá, em sede de adjudicação e/ou celebração de contrato, indicar o local de trabalho concreto dos elementos da equipa técnica de apoio (com o necessário detalhe), adstrita à prestação de serviços em causa, para que o Município de Bragança, possa em caso de necessidade, em termos eficazes, solicitar o apoio técnico que lhes compete e pelo qual vão ser pagos mensalmente.

II-4.5 Parcela E (Meios Materiais)

Os “Meios Materiais” compreenderão todos os encargos descritos em II-3.4.

II-4.6 Parcela F (Assistência Complementar)

Esta parcela compreende a assistência complementar ao Dono da Obra, nas seguintes situações:

- ☐ Vistorias para efeitos de recepções provisórias e definitivas das obras, com produção dos respectivos relatórios e autos.

A assistência durante o período de garantia das obras, será balizada nos seguintes termos:

- ☐ Assistência regular às obras nos dois primeiros meses seguintes à Recepção Provisória da Empreitada;
- ☐ Verificação do estado das obras e emissão de notas técnicas acerca das eventuais correcções de deficiências detectadas nas recepções provisórias das obras e, que o Adjudicatário execute posteriormente àqueles actos;
- ☐ Vistorias técnicas, com intervalos de um ano, para detecção de eventuais deficiências nas obras, até à recepção definitiva.

II-5 Sub adjudicatários e Tarefeiros

II-5.1 A responsabilidade pela correcta execução de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, salvo no caso de trespassse parcial devidamente autorizado, não reconhecendo o Município de Bragança, senão para os efeitos indicados na Lei ou neste Caderno de Encargos, a existência de quaisquer sub adjudicatários ou tarefeiros que trabalhem por conta ou, em combinação com o Adjudicatário.

II-5.2 Caso o Adjudicatário, por razões de natureza excepcional, necessite realizar qualquer parte dos trabalhos por sub adjudicação ou por tarefa, requererá previamente a competente autorização ao Município de Bragança, indicando o subadjudicatário ou tarefeiro a que pretende recorrer, fazendo acompanhar tal solicitação dos elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade e competência do subadjudicatário ou tarefeiro que propõe.

II-5.3 O Município de Bragança reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização de subarrendatário ou tarefeiro propostos, segundo o estipulado em II-5.2, sem ter de justificar tal



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

resolução, não acarretando a aceitação do Município de Bragança, a diminuição da responsabilidade do Adjudicatário, tal como se encontra definida no presente Caderno de Encargos, e designadamente na cláusula II-5.1.

II-5.4 O requerimento a que se refere a cláusula II-5.2 deverá ser acompanhado além dos elementos aí mencionados, por uma declaração, com assinatura reconhecida, do subadjudicatário ou tarefeiro, em que este refere que está perfeitamente inteirado da parte dos trabalhos a realizar e, de todo o estipulado neste Caderno de Encargos;

II-5.5 O Município de Bragança reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Adjudicatário, qualquer elemento do seu pessoal que haja desrespeitado os agentes da Município de Bragança., seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na obra ou, ainda, quem provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Adjudicatário o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado.

II-6 Cessão da Posição Contratual

II-6.1 O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade Adjudicante.

II-6.2 Para efeitos de uma eventual autorização da cessão, deverá a entidade cessionária, apresentar junto do Município de Bragança toda a documentação exigida ao adjudicatário, de acordo com o respectivo procedimento.

II-6.3 Antes de qualquer autorização, O Município de Bragança deverá apreciar se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas na declaração prevista no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, bem como, se o mesmo possui as habilitações profissionais e as capacidades financeira e técnica, capazes de vir a assegurar o exacto e pontual cumprimento do contrato.

II-6.4 O cessionário deverá ainda apresentar junto da entidade adjudicante, uma declaração por escrito, com assinatura reconhecida notarialmente, em como declara encontrar-se perfeitamente inteirado da totalidade dos trabalhos a realizar e, de todo o estipulado neste Caderno de Encargos.

II-7 Execução Simultânea de Outros Trabalhos da Mesma Natureza

II-7.1 O Município de Bragança reserva-se o direito de executar ou mandar executar por outrem, sem prejuízo do andamento normal do contrato, quaisquer trabalhos, sejam de projectos, fiscalização ou outros, ainda que de natureza idêntica aos que estejam a cargo do Adjudicatário. A execução destes trabalhos, será exercida, sempre após prévio conhecimento do Adjudicatário.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-8 Pessoal

II-8.1 O Adjudicatário é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal empregado na execução dos trabalhos de fiscalização, pela sua boa aptidão profissional e disciplinar.

II-8.2 O Adjudicatário obriga-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao horário praticado pelos empreiteiros das obras de construção civil. Neste horário, deverão estar permanentemente na obra os encarregados fiscais, os chefes coordenadores da fiscalização e o técnico coordenador de segurança, nos termos referidos neste Caderno de Encargos.

II-8.3 As taxas para o trabalho normal e os recursos propostos, reportam-se ao horário de 40 horas de trabalho semanal da Indústria da Construção Civil. No caso de o Empreiteiro vir a praticar outro horário ou, passar a trabalhar em regime de turnos ou trabalho extraordinário, não haverá lugar a remuneração suplementar do pessoal da Equipa de Fiscalização, tendo esta o dever de fiscalizar normalmente os trabalhos.

II-8.4 O Adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.

II-8.5 O Adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e, prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente ou de doença profissional.

II-8.6 O Adjudicatário ficará responsável, relativamente à actividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

II-8.7 O Adjudicatário obriga-se a efectuar o seguro do seu pessoal empregue nos serviços da fiscalização da obra, em conformidade com o disposto nas cláusulas deste Caderno de Encargos e Programa de Concurso.

II-8.8 As apólices de seguro cobrirão os acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo nelas constar uma cláusula pela qual, a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão efectiva dos trabalhos. Em caso de impossibilidade de cumprimento por denegação no decurso do prazo, a sua validade só deverá terminar trinta dias, após ter sido comunicado ao dono da obra e após renúncia deste último.

II-8.9 As condições estabelecidas na cláusula anterior abrangem igualmente o pessoal dos subadjudicatários, tarefeiros que trabalhem nos serviços de fiscalização da obra, bem como os



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

eventuais consultores que venham a ser agregados, mesmo que em tempo restrito, respondendo o Adjudicatário perante o Dono da Obra pela sua observância.

II-8.10 O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na fiscalização da obra, bem como todo o pessoal neles transportado na qualidade de passageiros.

II-8.11 Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efectuada pela seguradora, a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, será da conta do Adjudicatário.

II-9 Despesas e Encargos Sociais por Conta do Adjudicatário

II-9.1 Correm por conta do Adjudicatário, todas as despesas com a elaboração da proposta, prestação de caução e celebração do contrato.

Serão igualmente encargos do adjudicatário, as seguintes despesas:

- ☐ Encargos sociais legalmente fixados;
- ☐ Equipamento de protecção individual dos elementos da equipa de fiscalização;
- ☐ Seguro de acidentes de trabalho e de doenças profissionais dos elementos da equipa de fiscalização.

II-9.2 Para todos os efeitos, consideram-se estes encargos incluídos no preço global apresentado pelo adjudicatário, na rubrica “Meios Materiais”.

II-10 Relatórios

II-10.1 O Adjudicatário deverá fornecer à Município de Bragança, mensalmente, um relatório da situação de cada obra, que caracterize o desenvolvimento dos trabalhos, com o detalhe mínimo seguinte:

- a)** Actividade desenvolvida no período;
- b)** Mapas de produção por artigo e por actividade;
- c)** Meios (mecânicos e humanos) utilizados pelo empreiteiro;
- d)** Controlo de produção:
 - No período (por actividade);
 - Global (por actividade);
- e)** Controlo de qualidade - ensaios realizados, resultados e verificações de conformidade dos trabalhos e materiais.
- f)** Controlo financeiro:
 - Facturação e revisão de preços;
 - No período por actividades;
 - No período por frentes de obras;
 - Controlo Global;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- g)** Apreciação do andamento dos trabalhos e medidas a propor para correcção de eventuais desvios.
- h)** Apreciação das condições de segurança da obra e percursos envolventes.
- i)** Medidas de sinalização e desvio de trânsito e respectivos resultados.

II-10.2 O Adjudicatário deverá igualmente fornecer as Notas Técnicas referentes aos eventos mais importantes e, sempre que seja solicitado pelo Dono da Obra.

II-11 Condições de Remuneração

II-11.1 O preço proposto pelo Adjudicatário, na sua proposta, para a fase da prestação de serviços relativa ao controlo e fiscalização da empreitada, é entendido, para todos os efeitos, como um preço global fixo, como se tratasse de uma empreitada em regime de “preço global.

As taxas mensais e as taxas globais adiante referidas, manter-se-ão fixas até ao encerramento administrativo e financeiro, das empreitadas e ao complemento da prestação de serviços de fiscalização;

II-11.2 As taxas fixas mensais por obra dizem respeito ao custo da actividade da fiscalização propriamente dita e são definidas como se segue:

Eng.º Civil - Coordenador da Fiscalização – A	€/ mês
Técnico Fiscal – B	€/ mês
Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (coordenador da segurança) – C	€/ mês
Equipa Técnica de apoio - D	€/ mês
Meios Materiais – E	€/ mês
Total Mensal Fixo	€/ mês
	+
Valor global para a assistência complementar ao Dono da Obra – F	€
	€
TOTAL	

Estas taxas incidem sobre o número total de meses compreendidos entre a consignação da empreitada e ao encerramento administrativo e financeiro das obras.

II-12 Pagamentos

II-12.1 Os pagamentos ao Adjudicatário serão efectuados em mensalidades iguais, ao longo do prazo de execução das empreitadas, através da aplicação das taxas fixas mensais, constantes na proposta do Adjudicatário e referidas em II-11.2, sem prejuízo do pagamento na altura devida das taxas constantes da parcela **E**.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-12.2 O início da actividade da fiscalização propriamente dita e a que dizem respeito as taxas mensais, coincidirá com o início da prestação de serviços. O seu termo coincidirá com o encerramento administrativo e financeiro da empreitada, sem prejuízo da assistência complementar (parcela **F**), na parte que lhe diga respeito, após as recepções provisórias, de acordo com a cláusula II-4.5 deste Caderno de Encargos.

II-12.3 Os pagamentos ao Adjudicatário serão efectuados mediante a apresentação de facturas, acompanhadas dos elementos justificativos que deverão ser apresentados até ao dia 15 de cada mês, depois de deduzidos, e liquidados nos 60 dias seguintes.